



Amanhar a Terra **Arqueologia da Agricultura**

(do Neolítico ao Período Medieval)

Coordenação:

Isabel Cristina Fernandes
Michelle Teixeira Santos
Miguel Filipe Correia

FICHA TÉCNICA

Título: Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura [Do Neolítico ao Período Medieval]

Coordenação: Isabel Cristina Fernandes | Michelle Teixeira Santos | Miguel Filipe Correia

Edição: Município de Palmela | 2023

Largo do Município

2951-505 Palmela

+351 212 336 640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Grafismo da capa: Jorge Ferreira

Revisão: Isabel C. F. Fernandes | Michelle Teixeira Santos | Miguel Filipe Correia

Composição e diagramação: Hugo Rios e José Luís Santos

Impressão e acabamento: ARTIPOL - Artes Tipográficas, Lda. | www.artipol.net

ISBN: 978-972-8497-89-7

Depósito Legal: 517380/23

Tiragem: 500 exemplares

Copyright ©, 2023, os autores.

Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização do(s) autor(es), nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de Março, com as alterações subsequentes. Em powerpoints de carácter científico (e não comercial) a reprodução de imagens ou texto é permitida, respeitando a origem e autoria do texto ou imagem, expressamente indicadas na reprodução.

Todos os direitos reservados para a Língua Portuguesa por Câmara Municipal de Palmela.

Ecoss agrícolas em monumentos epigráficos romanos

José d'Encarnação*

Resumo

Exemplifica-se como a documentação epigráfica está presente, ao tempo dos Romanos, em todos os momentos referentes à actividade agrícola: na delimitação das propriedades, no seu registo e identificação e na menção dos intervenientes na exploração. Anota-se também a atitude de reconhecimento dos poderes divinos como propiciadores de boas colheitas e, ainda, a vontade dos proprietários de a sua memória ser perpetuada.

Palavras-chave: Epigrafia romana, Centurição, Cadastros, Divindades protectoras, Mausoléu

Abstract

The epigraphic documents are always present, at the Roman time, in all the circumstances of the agricultural labour: delimitating the properties, in their register and identification and the people attached to this economy. Also is documented the relation with the protective deities to obtain an excellent harvest and the owner's wish to be remembered after his death.

Keywords: Roman epigraphy, *Centuriatio*, Cadastres, Deities, Tombs

* Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património.

1. A QUESTÃO

Mesmo em relação à actualidade se poderá perguntar: que inscrições se hão-de referir à agricultura, ao amanhã das terras? Pouco mais se imaginará que os marcos delimitadores, sempre com meras siglas - e vá de se ir à carta cadastral ou documento análogo para as descodificar. O nome da propriedade? Sim, na entrada, se for de alguma monta. Quanto à identificação do proprietário, às características do seu trabalho... nada disso merece placa ou marco epigrafado.

Nesse caso, ¿que de novo há em relação à época romana, no domínio da epigrafia, mormente se pensarmos que as questões agrárias foram sobejamente tratadas por conceituados teóricos como Columela e Catão?

Há cadastros, de facto; raros. Como se desvenenilhará, nesse caso, o epigrafista para ousar chamar a sua ciência para um campo assim tão epigraficamente estéril?

Ousemos, pois. Nesses remotos tempos, os senhores das *villae* nem sempre se mantiveram no remansoso silêncio delas. E nelas amiúde faleceram. Pediram a protecção das divindades. Identificaram-se, por vezes, de forma tão peculiar que nos permitem, hoje, imaginar que, por detrás desse nome, há uma actividade agropecuária que o motivou. Por aí se caminhará então! Porventura, em jeito de desafio também...

E dividir-se-á a narrativa consoante as acções a concretizar no âmbito de uma propriedade agrária, na certeza de que em todas elas haverá vestígios epigráficos a documentá-las: delimitar, cadastrar, identificar, organizar, reconhecer e perpetuar.

2. DELIMITAR

Sobre a delimitação de propriedades fundiárias não haverá muita documentação. A preocupação de estabelecer li-

mites físicos foi sempre mais em relação ao espaço reservado não para a vida mas para a morte. Incumbia essa tarefa aos agrimensores e dessa profissão há testemunhos epigráficos.

Assim, no Monte Horquera, perto de Nueva-Carteya, localidade da província hispânica da Bética, identificou-se, em 1840, um marco de topo arredondado com a seguinte epígrafe (EDCS-08700369):

L(ocus) P(edum) CXX (centum et viginti) / Q(uintus) IVLIVS P(ublii) F(ilius) GAL(eria) / RVFVS AGRIMENSOR / SICCAENAS

«Lugar de 120 pés. Quinto Júlio Rufo, filho de Públio, da tribo Galéria, Siquenas, agrimensor».

Assinala-se o espaço sepulcral do cidadão romano Quinto Júlio Rufo, que se identifica como *Siccaenas*, ou seja, natural de um sítio até agora não identificado e cujo nome exacto se desconhece, pois que *Siccaenas* será um adjectivo. O mais importante, porém, é a menção da profissão de agrimensor.

De Cartago há o epitáfio de *Titus Flavius Dapnus*, agrimensor, liberto imperial, que viveu até aos 90 anos (EDCS-25001640). Em *Alba Iulia*, na Dácia (actual Roménia), referem-se numa epígrafe diversas profissões de militares, entre os quais a de *Aurelius Lucilius* agrimensor (EDCS-15800210). Em Montana, na Mésia Inferior, *Titus Claudius Tiberinus*, *miles agrimensor legionis XI*, fez uma dedicatória a Júpiter Óptimo Máximo e ao espírito divinizado do imperador: *Iovi Optimo Maximo et Numini Augusti* (EDCS-15800210). Em *Equizetum*, na *Mauretania Caesariensis*, expressamente se deixou consignado numa epígrafe que, no tempo do imperador Severo Alexandre, a delimitação dos campos, feita sob orientação do procurador imperial, foi levada a cabo pelo agrimensor Cecílio Marcial (EDCS-25001058). Também se identifica como agrimensor *Gaius Annius Quietus* o sol-

dado da X Legião Gémea Pia Fiel que, em *Sirmium*, na Panónia Inferior, fez, também ele, uma dedicatória a Júpiter Ótimo Máximo (EDCS-00380852). Finalmente, uma inscrição sobre cuja autenticidade se têm levantado dúvidas, procedente de Carmona, na Bética, apresenta-se como dedicatória a Ceres Frugífera feita por colégios de agrimensores das terras circunvizinhas (EDCS-22400457)!

Apetece, a esse propósito, recordar Virgílio, que, em *Geórgicas* II.513-518, escreveu:

Com o arado recurvo, rasga a terra o lavrador:

Daí depende o labor do ano, daí o sustento da pátria

e dos netos pequeninos, as manadas de bois e os touros úteis;

não há descanso, enquanto o ano não se encher de frutos,

de crias de gado ou das medas de colmo de Ceres.

não carregar os sulcos com uma colheita que vergue os celeiros.

(Pereira, 2000: 130)

3. CADASTRAR

Cadastrar será, sem dúvida, a operação concomitante à delimitação. Em Arqueologia Espacial lida-se com o conceito de centurição, porque inclusive tanto a observação directa do território como as imagens captadas a partir de satélite mostram vestígios dessa centurição, que tinha carácter oficial.

No âmbito da Epigrafia, conhecem-se os cadastros de Orange, cidade romana sita na actual Provença. O primeiro estudo relevante sobre esses cadastros foi levado a efeito por André Piganiol (1962). Amable Audin publicou uma recensão desse livro (1964), onde explica, por exemplo, que, tendo sido criada por Augusto, em 35 a.C., a colónia *Iulia Firma*

Arausio Secundanorum (Orange), destinada aos veteranos da II Legião *Gallica*, o território envolvente, a distribuir pelos colonos, foi dividido em lotes (centúrias), ordenados segundo dois eixos, como as cidades, o *cardo* (no sentido norte-sul) e o *decumanus* (de leste a oeste), cujo processo de identificação foi o seguinte: os que ficavam a norte do *decumanus* eram designados pelas siglas SD (*sinistra decumanum*); os do sul tinham as siglas D D (*dextra decumanum*); a oeste do *cardo* C K (*citra kardinem*); a leste, V K (*ultra kardinem*). Às siglas se juntava um número que designava a fila a partir do eixo. Assim, por exemplo, DDXIIIICKXVI identificava o lote que estava na 13.^a fila a sul do *decumanus* e na 16.^a a poente do *cardo*. Foi essa estrutura passada para grandes placas de mármore afixadas nas paredes do *Tabularium*, a fim de aí poderem ser consultadas. Aconteceu, porém, que as placas acabaram por ser partidas em muitos fragmentos, o que se, por um lado, dificultou a leitura e a reunião desses fragmentos de modo a formarem sentido, por outro, tem despertado o interesse dos investigadores, dada a originalidade da informação aí contida. Três fragmentos haviam sido dados a conhecer em 1888 (CIL XII 1244) e, só para se ter uma ideia da sua complexidade, transcrevem-se algumas dessas linhas:

S(inistra) d(ecumanum) X c(itra) k(ardinem) X / ex tr(ibutario) XII col(onus) X G / VIII col(onus) Varius / Calid(us) XX a(sses) IIX (denarii) / XXVI n(umerat) a(sses) II XII.

Dos estudos levados a efeito a partir dessas inscrições poderão citar-se: André Pelletier (1976), que analisou a superfície dos lotes atribuídos; Gérard Choquer (1994), que muito se tem interessado sobre Arqueologia espacial, abordou os cadastros desse ponto de vista; Ariño, Gurt i Esparraguera e Palet i Martínez, ao estudarem a arqueologia das paisagens na Hispânia romana, não deixaram de co-

mentar a forma como o território foi delimitado segundo os cadastros de Orange e aludiram também à inscrição gravada em bronze, achada em *Ilici*, que dá conta da distribuição de uma centúria completa por 10 veteranos que aí são devidamente identificados (2004: 36-37).

Em Portugal, o bloco de xisto encontrado perto de Beja com um quadriculado e inscrição foi por nós proposto que poderia tratar-se de um cadastro (Lopes, Encarnação e Silva, 1998). Apresentámo-lo no XII Colóquio *LAfrica Romana*, em Ólbia (Dezembro de 1996), na expectativa de colhermos outras propostas de interpretação, o que, até ao momento, supomos não terá acontecido, quanto seja do nosso conhecimento. Seria, caso se confirme, o único testemunho no território português, ainda que haja vestígios de *centuriationes*, desprovidas, todavia, de qualquer documentação epigráfica, apenas vestígios arqueológicos; a proposta de Helena Carvalho é um desses testemunhos (2019).

4. IDENTIFICAR

Disse-se da identificação dos lotes no cadastro de Orange. Sabe-se como, no nosso território, topamos amiúde – é, aliás, obrigatório – marcos delimitativos das propriedades. Como, no entanto, os vizinhos se conhecem, o habitual é a identificação vir apenas em siglas, do nome do proprietário, o que nem sempre, décadas passadas, resulta compreensível.

Nesse âmbito, não deixam de ser curiosos os inúmeros marcos – abundantes sobretudo na Beira Interior – com as siglas V^{DE}, estando DE por cima do V. Significa U(niversida)DE (Fig. 1). Contacte o Doutor Fernando Taveira da Fonseca, que fez a história da Universidade de Coimbra. Explicou-me, em Junho de 2021, que esses marcos “mais frequen-

temente assinalavam, não ‘propriedades’ no sentido que hoje entendemos, mas circunscrições territoriais (normalmente freguesias) onde a universidade tinha o direito de cobrar a totalidade ou parte dos dízimos e outros direitos senhoriais, ou demarcavam os prazos (esses sim propriedades, diríamos, incompletas porque cedidas em enfiteuse). As grandes dotações desse tipo de rendimentos foram feitas por D. João III (havia um núcleo que pertencia já à Universidade enquanto estava em Lisboa) nos anos imediatos à transferência para Coimbra, na década de 40 do século XVI: o rei cedeu bens e direitos que antes pertenciam ao Priorado-Mor de Santa Cruz e à Capela de Santa Catarina. O Marquês de Pombal, em 1774, doou também quase tudo o que fora confiscado aos Jesuítas.



Fig. 1 – Marco da Universidade de Coimbra (Foto de José Carlos Santos).

Tratava-se de bens eclesiásticos (num caso e noutro) e, embora estas dotações se baseiem, em última análise, na vontade política dos governantes coevos, necessitam sempre da autorização papal. A manutenção dos direitos – que tinham

uma base territorial (embora nem sempre fundiária, como no caso dos dízimos, a principal fonte de receita) – e a reativação da memória tinham como consequência a definição dos espaços e a respectiva delimitação: tenho informação de uma notável campanha nesse sentido, em meados do século XVIII. Não sei se terá havido outras ou se o processo seria mais contínuo: daí, os marcos.

Escusar-se-me-á a extensão da resposta; contudo, ela serve também para mostrar como singelas siglas motivam investigação e constituem documento histórico de não desprecianda importância.

Voltando ao tempo dos Romanos, citamos um testemunho, de Freixo de Numão (Encarnação, 1994: 218-220 – Fig. 2). Na superfície da rocha, foi gravado:

REBVRRI · P · F
ORTVS

“O horto de Reburro, filho de Públio”.

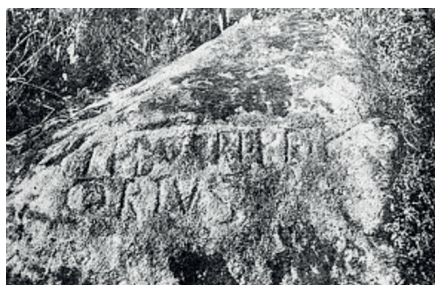


Fig. 2 – Inscrição rupestre de Freixo de Numão (Foto de Sá Coixão).

5. ORGANIZAR

É sabido da relevância do feitor, do maioral ou do capataz numa propriedade. Quem conhece os hábitos dos animais, quem sistematiza as tarefas quotidianas dos trabalhadores, quem sabe ler no céu e nas estrelas páginas de ventos,

chuvas e tempestades... Tinha o *dominus* o seu *vilicus*, que essas funções exercia. Mui frequentemente, um escravo de sua confiança.

Vilicus que tinha orgulho do seu mester; ele e a sua família; por isso, não causa admiração que a palavra venha gravada no epitáfio.

Provém de Pozzuoli (Puteoli) o epitáfio de *Herodes*, filho de *Aphrodisius*, que se diz natural de Ascalão (*Ascalonitanus*), uma povoação da Palestina (Fig. 3). Viveu 42 anos. E no epitáfio se explicita que o espaço para a sepultura foi comprado à corporação dos *Baulani* (uma designação ainda por esclarecer) pelo seu *vilicus Demetrius*: *locum emit ab ordine Baulanorum Demetrius vilicus* (EDCS-11500683).

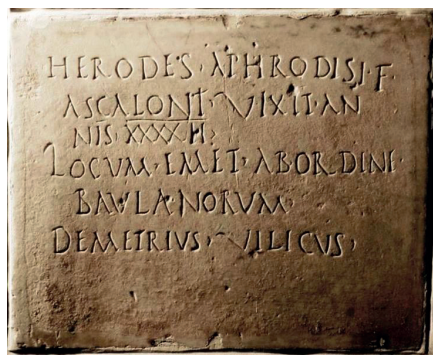


Fig. 3 – Epitáfio de Herodes (Foto in EDCS).

Algumas *villae* teriam celeiros (*horrea*), como foi o caso de Freiria (Fig. 4). Para o organizar havia o *horrearius*. De *horrearii* temos mais de três dezenas de notícias em documentos epigráficos. Sirva de exemplo o epitáfio de *Hyacinthus* (Fig. 5), encontrado em Saragoça (AE 2011 530), cujos familiares não hesitaram em o identificar como *Surae horrearius*, o encarregado do celeiro de Sura. Seria certamente um escravo.



Fig. 4 - Celeiro de Freiria (Foto: Câmara Municipal de Cascais).



Fig. 5 - Horrearius (Foto de Casa de Velázquez) (Maio 2009).

6. RECONHECER

Já se começou a compreender, nos nossos dias, o indispensável papel da gratidão. “Nenhum homem é uma ilha”, amiúde se proclama, usando a célebre frase do reverendo John Donne. Cada vez mais

se reconhece a necessidade dum trabalho de equipa. Desde há muito que, no início do cânone da celebração eucarística católica se anuncia que “é verdadeiramente digno e justo, racional e salutar dar-vos graças, Senhor, agora e sempre!”.

Está essa atitude visceralmente ligada à condição humana. Não admira, por isso, que os agrónomos latinos incitassem o agricultor a louvar os seus deuses antes de lavrarem a terra, antes de lançarem a semente. Creio que assim o fez Tito Curiácio Rufino antes de construir a sua *villa* de Freiria (FE 59). Columela chega mesmo a sugerir que se ponha no campo uma estátua de Príapo com todos os seus atributos, a fim de aumentar a fertilidade da terra e afastar os ladrões: “*Medio qui semper in horto [...] praedoni falce minetur*” (*De re rustica*, X, 34).

Dois testemunhos dessa devoção se poderão aduzir da Lusitânia meridional.

Em Ervedal (Avis), Trepto, escravo de Gaio Apuleio Silão, agradece a Fontano (ou Fontana) o facto de ter encontrado

água: “ob aquas inventas” (IRCP 473).

Foi achada na *villa* de Pisões (Herdade da Almocreva, nos arredores de Beja) uma árua, de mármore de Trigaches, cuja inscrição (IRCP 290) nos dá a conhecer que o escravo Catulo mandou fazer esse altar à deusa da Saúde, precisamente pela saúde de Gaio Atílio Cordo, seguramente o seu dono e proprietário da *villa*.

O reconhecimento do relevante papel do patrocínio divino, que, de resto, também se pode deduzir do baixo-relevo exumado da *villa* de Torre de Palma, que representa o deus Marte e - reza a inscrição - foi mandado fazer por Marco Célio Celso (IRCP 568). Quiçá houvesse na proximidade algum acampamento romano que tivesse sugerido a representação do deus armado com lança e escudo na mão; o certo é que não parece sofrer contestação a ideia de que, assim trajado, Marte defenderia a propriedade e favoreceria a fecundidade da terra.

7. PERPETUAR

Não é raro vermos em cemitérios actuais que servem zonas agrícolas os frontões dos jazigos de família com representação, em relevo, das alfaias agrícolas que acompanharam, em vida, a existência dos que nesse jazigo repousam (Fig. 6).

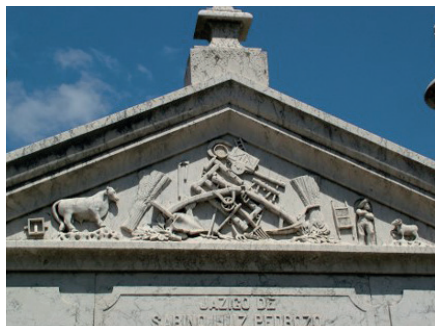


Fig. 6 - Frontispício de um jazigo actual (Foto de Guilherme Cardoso).

No tempo dos Romanos, algumas *villae* teriam o seu mausoléu familiar. Não admira, pois, que o primeiro proprietário - ou um dos mais notáveis - tivesse mandado erguer esse mausoléu e gravar o seu nome na placa que encimaria a fachada.

Provém da zona de Baleizão (Beja) uma dessas placas onde apenas se lê C(aius) · COSCONIVS / C(aii) · F(ilius) · GAL(eria) · H(ic) · S(itus) · E(st) - “Aqui jaz Gaio Coscónio, filho de Gaio, da tribo Galéria” (FE 259). Com ele se terão sepultado os demais membros da família; mas só o nome dele figura.

Nesse âmbito se reveste de bem sugestivo realce o facto de, noutra placa que teria o mesmo destino, o proprietário se designar *Lucius Marius Caprarius*! Também ele cidadão romano, inscrito na tribo Papíria (IRCP 461) - que era a da vizinha Mérida. Proveio da Herdade da Granaria (Veiros, Estremoz). Discutir-se-á se o apelido “Cabreiro” lhe adveio por ter sido criador de gado caprino; afigure-se-nos lógico. No entanto, que não lhe foi dado por mero acaso disso estamos cabalmente seguros.

8. CONCLUSÃO

Primordial actividade humana, donde provém ao Homem parte bem significativa do seu sustento, amanhara a terra implica todo um conjunto de acções em que os monumentos epigráficos romanos estiveram presentes: delimitar, cadastrar, identificar, organizar, reconhecer e perpetuar.

Apresentou-se meia dúzia de testemunhos, simplesmente para se documentar essa presença da escrita que perdurou até aos nossos dias.

Observando as lápides epigrafadas, suspeitámos que também aos escritores antigos a agricultura não deixou indiferentes. Assim aconteceu na verdade:

“É dos lavradores que descendem os homens mais fortes e os militares mais valentes. São eles que alcançam o ganho mais honesto e mais estável e o menos sujeito à inveja. E os que se ocupam deste trabalho são os que menos têm maus pensamentos” (Pereira, 2000: 11).

Foi Catão (século III-II a. C.), quem, no prefácio do seu tratado *Da Agricultura*, assim o proclamou!

BIBLIOGRAFIA

- AE = *L'Année Épigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o n.º da inscrição].
- AUDIN, Amable (1964) - Recensão a André Piganiol (1962). *Revue belge de philologie et d'histoire - Antiquité*, tome 42, fasc. 1, p. 133-135.
- CARVALHO, Helena (2019) - *A centurição do território de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho.
- CHOQUER, Gérard (1994) - «Cadastrés d'Orange et archéologie. Resultats et hypothèses». In François Favory e Jean-Luc Fiches (ed.), *Les Campagnes de la France Méditerranéenne dans l'Antiquité et le Haute Moyen Âge. Études microrégionales*. Paris : DAF, 51-55.
- CIL XII = Hirschfeld, Otto (1888) - *Corpus Inscriptionum Latinarum XII: Inscriptiones Galliae Narbonensis Latinae*. Berlim: Academia das Ciências.
- EDCS = Epigraphik Daten-bank Claus / Slaby, acessível em <http://www.manfredclaus.de/gb/>
- ENCARNAÇÃO, José d' (1994) - «Apostilas epigráficas», *Humanitas*, 46, 217-230. <http://hdl.handle.net/10316/20643>
- ARIÑO GIL, Enrique; GURT I ESPARRAGUERA, Josep María y PALET I MARTÍNEZ, Josep María (2004) - *El pasado presente. Arqueología de los paisajes en la Hispania romana*. Barcelona: Publicaciones e Edicions de la Universitat de Barcelona; Salamanca: Ediciones de la Universidad.
- FE 59 = ENCARNAÇÃO, José d' (1985), «Ara votiva a Triborunnis», *Ficheiro Epigráfico*, 14, n.º 59.
- FE 259 = ALFENIM, Rafael A. E. e ENCARNAÇÃO, José d' (1997) - «Placa funerária da Herdade da Fonte dos Frades». *Ficheiro Epigráfico*, 56, n.º 259.
- IRCP = ENCARNAÇÃO, José d' (1984) - *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia. <http://hdl.handle.net/10316/578>
- LOPES, Maria da Conceição; ENCARNAÇÃO, José d' e SILVA, António J. M. (1998) - «Un cadastre romain dans la région de Pax Iulia (Lusitania)?», *L'Africa Romana* 12, Sassari, p. 879-884. <http://hdl.handle.net/10316/22778>
- PELLETIER, André (1976) - «La superficie des exploitations agraires dans le cadastre d'Orange». *Latomus*, Bruxelles, 35-3, p. 582-585.
- PEREIRA, Maria Helena da Rocha (2000) - *Romana (Antologia da Cultura Latina)*. Universidade de Coimbra.
- PIGANIOL, André (1962) - *Les documents cadastraux de la colonie romaine d'Orange*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.

Município
Palmela
conquista



MUSEU
MUNICIPAL
PALMELA



9 789728 497897 >